



**TEMPOS
BRILHANTES®**
ASSOCIAÇÃO

ASSOCIAÇÃO TEMPOS BRILHANTES

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração dos Resultados por Funções.....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade.....	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	10
3.1. Bases de Apresentação.....	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Ativos Intangíveis.....	20
7. Custos de Empréstimos Obtidos	20
8. Inventários.....	20
9. Rédito	21
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	21
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
12. Imposto sobre o Rendimento.....	22
13. Instrumentos Financeiros.....	22
14. Benefícios dos empregados.....	22
15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
16. Outras Informações	23
16.1. Clientes e Utentes	23
16.2. Outras contas a receber	24
16.3. Diferimentos.....	24
16.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	24
16.5. Fundos Patrimoniais	25
16.6. Fornecedores.....	25
16.7. Estado e Outros Entes Públicos	25
16.8. Outras Dívidas a Pagar.....	26
16.9. Outros Passivos Financeiros	26

16.10. Subsídios, doações e legados à exploração	26
16.11. Fornecimentos e serviços externos	27
16.12. Outros rendimentos e ganhos	27
16.13. Outros gastos e perdas	28
16.14. Resultados Financeiros	28
16.15. Acontecimentos após data de Balanço	29

Balanço

Associação Tempos Brilhantes
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	2021	2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	57 764,61	53 729,25
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	3/6	-	-
Investimentos financeiros	3/13	30 067,91	13 391,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		87 832,52	67 120,28
Ativo corrente			
Inventários	8	-	-
Créditos a receber	16	427 216,55	991 852,78
Estado e outros Entes Públicos	16	-	7,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	16	1 230 755,44	1 201 979,01
Diferimentos	16	91 517,87	5 991,97
Outros Ativos correntes		1 915,00	1 915,00
Caixa e depósitos bancários	3/16	720 142,01	478 754,66
Subtotal		2 471 546,87	2 680 500,89
Total do Ativo		2 559 379,39	2 747 621,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16	-	-
Excedentes técnicos			
Reservas	16	-	-
Resultados transitados	16	72 882,54	159 982,38
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	16	-	-
Resultado Líquido do período		36 056,44	2 900,16
Total do fundo do capital		108 938,98	162 882,54
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	729 838,98	731 196,79
Outras dividas a pagar			
Subtotal		729 838,98	731 196,79
Passivo corrente			
Fornecedores	16	273 075,33	164 569,89
Estado e outros Entes Públicos	16	74 204,04	160 485,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		659 513,62	630 282,31
Diferimentos	16	509 895,71	692 030,02
Outros passivos correntes	16	203 912,73	206 174,48
Subtotal		1 720 601,43	1 853 541,84
Total do passivo		2 450 440,41	2 584 738,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 559 379,39	2 747 621,17

Penela, 18 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Associação Tempos Brilhantes, IPSS
Instituição de Utilidade Pública
A Direção

Penela
Associação de Amigos do Aldeia de Penela

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Associação Tempos Brilhantes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	3/9	5 277 023,23	4 216 278,01
Subsídios, doações e legados à exploração	9/11	996 834,87	895 921,26
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-3 189 610,27	-2 320 719,43
Gastos com o pessoal	3/14	-2 954 112,92	-2 718 755,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-13 240,64	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	9/16	4 411,46	1 270,46
Outros gastos	16	-27 131,72	-26 582,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		94 174,01	47 412,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-15 827,96	-9 603,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		78 346,05	37 808,22
Juros e rendimentos similares obtidos	9/16	0,92	2,50
Juros e gastos similares suportados	7/16	-39 522,53	-25 228,05
Resultados antes de impostos	12	38 824,44	12 582,67
Imposto sobre o rendimento do período	12	-2 768,00	-9 682,51
Resultado líquido do período		36 056,44	2 900,16

Penela, 18 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Associação Tempos Brilhantes, IJ
Instituição de Utilidade Pública
A Direção



Penela, 18 de Março de 2022

Demonstração dos Resultados por Funções

Associação Tempos Brilhantes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	3/9	5 277 023,23	4 216 278,01
Custo das vendas e dos serviços prestados	3/14/16	-6 143 723,19	-5 039 475,09
Resultado bruto		-866 699,96	-823 197,08
Outros rendimentos	9/11	1 001 246,33	897 191,72
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	16	-56 200,32	-36 186,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		78 346,05	37 808,22
Gastos de financiamento (líquidos)	7/9/16	-39 521,61	-25 225,55
Resultados antes de impostos		38 824,44	12 582,67
Imposto sobre o rendimento do período	12	-2 768,00	-9 682,51
Resultado líquido do período		36 056,44	2 900,16

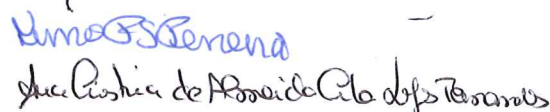
Penela, 18 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Associação Tempos Brilhantes, IPSS
Instituição de Utilidade Pública
A Direção



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1			0,00	159 376,95			0,00	5 100,31	164 477,26		164 477,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização					605,43			0,00	-5 100,31	-4 494,88		-4 494,88
Excedentes de revalorização	2				605,43			0,00	-5 100,31	-4 494,88		-4 494,88
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								2 900,16	2 900,16		2 900,16
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								-2 200,15	-1 594,72		-1 594,72
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	5 -1+2+3+5	0,00	0,00	0,00	159 982,38	0,00	0,00	0,00	2 900,16	162 882,54		162 882,54

Penela, 18 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Associação Tempos Brilhantes, IPSS
Instituição de Utilidade Pública
A Direcção

Rui Gonçalves
Direcção de Apoio e Clóds Perentes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	0,00	0,00	0,00	159 982,38	0,00	0,00	0,00	2 900,16	162 882,54		162 882,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização					-87 099,84				-2 900,16	-90 000,00		-90 000,00
Excedentes de revalorização	7				-87 099,84			0,00	-2 900,16	-90 000,00		-90 000,00
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								36 056,44	36 056,44		36 056,44
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								33 156,28	-53 943,56		-53 943,56
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021	10	0,00	0,00	0,00	72 882,54	0,00	0,00	0,00	36 056,44	108 938,98		108 938,98
11=6+7+8+10												

Penela, 18 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

Associação Tempos Brilhantes, IPSS
Instituição de Utilidade Pública
A Direcção



Associação de Penela e do Vale do Ave

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		6 393 479,05	4 578 831,40
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		-3 553 223,06	-2 299 994,83
Pagamentos ao pessoal		-2 781 170,52	-2 004 941,63
Caixa gerada pelas operações		59 085,47	273 894,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-56 509,95	-233 048,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2 575,52	40 846,01
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		24 247,28	9 433,94
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		16 676,88	
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	16	0,92	2,50
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		40 925,08	9 436,44
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		350 000,00	500 000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-114 505,72	-190 337,73
Juros e gastos similares	3/7	-39 522,53	-25 228,05
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		195 971,75	284 434,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		239 472,35	334 716,67
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3/16	480 669,66	145 952,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período		720 142,01	480 669,66

Penela, 18 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Associação Tempos Brilhantes, IPSS
Instituição de Utilidade Pública
A Direção

Handwritten signature of the Director
Associação Tempos Brilhantes, IPSS

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Tempos Brilhantes é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, reconhecida como IPSS, com sede em Penela.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo decreto-lei n.o 36-A/2011, de 9 de março, republicado pelo decreto-lei n.o 98/2015 de 2 de junho.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.o 8254/2015, publicado no DR 2a série, n.o 146, de 29 de julho de 2015 (Estrutura concetual);
- Portaria n.o 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.o 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso n.o 8259/2015, publicado no DR 2a série, n.o 146, de 29 de julho de 2015 (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Q

MSF

Q

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 16) e “Diferimentos” (Nota 16)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Não foi atribuído à Entidade nem existe qualquer bem deste género.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. De registar que a instituição não possui qualquer tipo destes bens.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sendo a Entidade uma instituição sem fins lucrativos, e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método do Custo ou Justo Valor.

A Entidade optou por registar os “Investimentos Financeiros” utilizando o Método do Custo.

A entidade efetuou um investimento financeiro em 2021, com a aquisição de 100% da sociedade por quotas Caixinha Solidária, Lda..

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo

no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se

enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos, e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC, que foram efetuados ou suportados no âmbito desses rendimentos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufruiu de nenhuns "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui quaisquer "Bens do património, histórico, artístico e cultural", pelo que no período de 2021 não se registam quaisquer movimentos.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Gasto						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	19 654,91	-	-	-	19 654,91
Equipamento de transporte	-	45 249,77	-	-	-	45 249,77
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	10 460,50	-	-	-	10 460,50
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	75 365,18	-	-	-	75 365,18
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	7 211,65	-	-	-	7 211,65
Equipamento de transporte	-	11 220,25	-	-	-	11 220,25
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	3 204,03	-	-	-	3 204,03
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	21 635,93	-	-	-	21 635,93

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	19 654,91	-	-	-	-	19 654,91
Equipamento de transporte	45 249,77	13 000,00	-	-	-	58 249,77
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10 460,50	6 863,32	-	-	-	17 323,82
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	75 365,18	19 863,32	-	-	-	95 228,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	7 211,65	2 255,13	-	-	-	9 466,78
Equipamento de transporte	11 220,25	7 822,89	-	-	-	19 043,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3 204,03	5 749,94	-	-	-	8 953,97
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	21 635,93	15 827,96	-	-	-	37 463,89

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de nenhuns de nenhum "Ativos Intangíveis" do domínio público.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	578 340,39	713 760,14	1 292 100,53	630 282,31	731 196,79	1 361 479,10
Loações Financeiras	11 090,96	16 078,84	27 169,80	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	70 082,27	-	70 082,27	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	659 513,62	729 838,98	1 389 352,60	630 282,31	731 196,79	1 361 479,10

Em 31 de Dezembro de 2021, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, são os seguintes:

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	578 340,39	39 522,53	617 862,92	-	25 228,05	25 228,05
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	578 340,39	39 522,53	617 862,92	-	25 228,05	25 228,05

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" não apresentava quaisquer valores.

Descrição	Invent. em 01-Jan-2020	Compras	Reclassif. e regulariz.	Invent. em 31-Dez-2020	Compras	Reclassif. e regulariz.	Invent. em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				-			-
Variações nos inventários da produção				-			-

9. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	5 277 023,23	4 220 746,59
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias	1 594,84	4 468,58
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Rendimentos das Atividades	5 275 428,39	4 216 278,01
Juros	0,92	2,50
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Subsídios à exploração	996 834,87	895 921,26
Outros rendimentos e ganhos	4 411,46	1 270,46
Total	6 278 270,48	5 117 940,81

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2020 não ocorreram provisões.

O aumento/diminuição da provisão “mencionar qual a rubrica da provisão” deve-se ao facto de “indicar o motivo”.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	867 432,28	300 947,38
IEFP	459 635,26	67 880,13
Projetos co-financiados	407 797,02	233 067,25
Apoios do Governo	-	162 560,00
Apoios Covid-19	-	162 560,00
Total	867 432,28	463 507,38

Releva-se que nas Rubricas Projetos Cofinanciados constam os Projetos do PIS.

12. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2021	2020
Resultado antes de impostos	38 824,44	12 582,67
Taxa de imposto	6,35%	1,25%
IRC Liquidado	2 466,52	156,86
Tributação Autónoma	301,48	9 525,65
Taxa efectiva de imposto	7,13%	76,95%

13. Instrumentos Financeiros

A entidade possui em 2021 e 2020 os seguintes instrumentos financeiros e valores:

Descrição	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Investimentos em subsidiárias	5 000,00	-
Obrigações CCAM	1 915,00	1 915,00
FCT - FUNDO DE COMPENSAÇÃO TRABALHO	25 067,91	13 391,03

14. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente "3" e "3". Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "335" e em 31/12/2020 foi de "250".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais		-
Remunerações ao Pessoal	2 451 215,71	2 286 894,98
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	434 109,14	392 577,47
Seguros de Ac. no Trabalho e Doenças Profiss.	25 128,88	19 445,60
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	43 659,19	19 837,61
Total	2 954 112,92	2 718 755,66

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social e Autoridade Tributária e Aduaneira se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes C/C	427 216,55	991 852,78
Total	427 216,55	991 852,78

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Clientes	13 240,64	-
Total	13 240,64	-

16.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	656,00	6 948,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	1 230 099,44	1 195 031,01
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1 230 755,44	1 201 979,01

16.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 176,87	5 991,97
Rendas	639,60	
Outros	83 701,40	-
Total	91 517,87	5 991,97
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	19 617,35	18 500,24
POISE/POCH	402 791,31	670 532,78
Fundação Calouste Gulbenkian	87 487,05	2 997,00
Total	509 895,71	692 030,02

16.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	457,42	1 543,97
Depósitos à ordem	668 714,09	450 507,58
Depósitos a prazo		
Outros	50 970,50	26 703,11
Total	720 142,01	478 754,66

16.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	159 982,38	(87 099,84)	-	72 882,54
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	159 982,38	(87 099,84)	-	72 882,54

16.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	273 075,33	164 569,89
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	273 075,33	164 569,89

16.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	7,47
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	7,47
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	2 768,00	15 128,11
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	750,21	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13 936,42	15 584,08
Segurança Social	56 749,41	129 772,95
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	74 204,04	160 485,14

16.8. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica “Outras dívidas a pagar” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não apresentava qualquer valor.

16.9. Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 desdobravam-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	67 666,55	-	80 454,54
Remunerações a pagar	-	67 666,55	-	80 454,54
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	847,46	-	542,08
Credores por acréscimos de gastos	-	130 476,22	-	110 941,27
Outros credores	-	4 922,50	-	14 236,59
Total	-	203 912,73	-	206 174,48

16.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	2 400,00	99 160,07
Doações	127 002,59	333 253,81
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	129 402,59	432 413,88

Na rubrica Doações destaca-se o valor correspondente ao apoio do PIS por parte dos investidores sociais.

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

16.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Contas	Descrição	2021	2020
621	Subcontratos	-	352 865,36
6221	Trabalhos especializados	942 633,85	507 855,79
6222	Publicidade e propaganda	12 742,78	26 135,27
6223	Vigilância e segurança	859,77	1 239,12
6224	Honorários	2 047 752,80	1 273 275,92
6225	Comissões	1 965,74	3 135,38
6226	Conservação e reparação	2 619,00	4 522,54
6227	Serviços bancários e financeiros	3 454,23	3 006,39
6228	Outros	3 750,00	-
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	32 452,28	3 221,15
6232	Livros e documentação técnica	-	-
6233	Material de escritório	6 867,54	5 532,21
6234	Artigos para oferta	107,21	568,89
6236	Jornais e Revistas	-	-
6241	Electricidade	3 341,38	4 596,87
6242	Combustíveis	13 670,28	11 323,12
6243	Água	470,40	265,29
6244	Gas	-	-
6251	Deslocações e estadas	29 885,75	37 096,55
6252	Transportes de pessoal	-	-
6254	Portagens e parqueamentos	4 853,70	4 929,41
6261	Rendas e alugueres	32 347,57	40 852,18
6262	Comunicação	19 972,62	14 372,30
6263	Seguros	3 202,71	3 915,52
6265	Contencioso e notariado	2 189,13	1 524,39
6266	Despesas de representação	-	1 230,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	133,75	332,83
6268	Outros serviços	24 337,78	18 922,95
Total		3 189 610,27	2 320 719,43

16.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	1,08	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	12,13	0,11
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	13,03	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	650,41
Outros rendimentos e ganhos	4 385,22	619,94
Total	4 411,46	1 270,46

16.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	136,52	522,46
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 065,80	278,21
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	2 000,00
Outros Gastos e Perdas	25 929,40	23 781,93
Total	27 131,72	26 582,60

16.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	29 331,90	17 809,24
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	10 190,63	7 418,81
Total	39 522,53	25 228,05
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,63	2,50
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	0,29	-
Total	0,92	2,50
Resultados financeiros	-39 521,61	-25 225,55

16.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Penela, 18 de março de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado

NIF 222845988

Membro N.º 79776



(Cátia Contente)

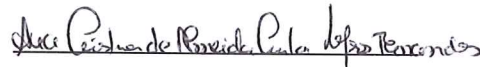
O Presidente

Associação Tempos Brilhantes, IPSS
Instituição de Utilidade Pública
A Direção



(Nuno Filipe Silva Ferreira)

O Vice Presidente



(Ana Cristina Fernandes)

